

COLONIZAÇÃO E NÚCLEOS EM EXPANSÃO

(A propósito de um artigo do Prof. *Preston James*)

O professor *Preston James*, da Universidade de Michigan, tem a seu cargo o ensino da Geografia das Américas no famoso Instituto. Atualmente, acha-se empenhado o referido mestre, na publicação de um importante compêndio sobre o seu setor de estudos. Neste livro, que será brevemente publicado, a parte relativa ao Brasil recebeu um especial desenvolvimento, como eu tive o prazer de constatar, quando dele me foram submetidos à leitura alguns capítulos. É inútil repetir aqui que o Prof. *Preston James* é um amigo do Brasil, onde reitera as suas visitas quando surge oportunidade.

Ainda no número de Outubro de 1940, apareceu na "Geographical Review" um artigo de sua lavra intitulado EXPANSÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO SUL DO BRASIL.

Ao resumir, em nosso último número, os trabalhos do Oitavo Congresso Científico Americano de Washington, tive uma referência a um estudo de *Preston James* sobre os centros de expansão na América Central, na Colômbia e no Brasil. O artigo, ora em apêço, é possivelmente uma das partes relativas ao nosso país, é o estudo de uma das modalidades da "marcha para oeste", porém, limitada à expansão dos três Estados do Sul.

É curioso que os estudos demográficos da América Latina tenham levado o geógrafo americano a destacar o distrito de Antioquia, o planalto de Costa Rica e o sul do Brasil como os três pontos do continente em que se produz o fenômeno da expansão dos estabelecimentos (*expanding settlements*). Reiteradamente na Universidade de Michigan, e mais tarde em Washington, o meu ilustre amigo perguntou-nos, a mim e a outros colegas, a razão de semelhante fato, como que circunscrito a certas zonas privilegiadas. Eu estava em situação de inferioridade para tentar uma explicação do fenômeno de Antioquia e do de Costa Rica; quanto ao caso brasileiro, julguei que, sem prodigalidades cerebrais, eu podia atribuir ao planalto sul, extra-tropical e temperado, dotado de bom clima, boas terras, recursos e relativas facilidades de penetração, eu podia sem susto atribuir a este planalto a propriedade de atrair colonos, tanto estrangeiros como nacionais. A resposta, entretanto, não parece ser tão simples.

O Brasil, é bom lembrar, é um país de intensa auto-colonização: no passado, o Nordeste colonizou a Amazônia, *sem se despovoar*; atualmente, S. Paulo recebe 500 nortistas, dia sim, dia não, porque não deseja receber mais de 500, e o Norte não está se despovoando. O caso dos "vácuos" no povoamento que *Preston James* estudou em S. Paulo, com documentação paulista, representam apenas uma transfluência das zonas de grande propriedade, onde se declarou a crise do café, para as zonas de pequena propriedade e também um movimento de urbanização, determinado por uma acelerada industrialização. Em realidade, o Estado de S. Paulo deveria ser incluído nos "*expanding settlements*".

Vácuo genuíno é a região do S. Francisco que vai se despovoando como descreveu *Geraldo Rocha* (*O Rio S. Francisco* — págs. 15-17).

Passemos ao exame do último trabalho de *Preston James* sobre o Brasil. O autor principia pela seguinte frase significativa, referindo-se às populações de descendência européia: "Como as emoções criadas pela guerra vão se levantando inevitavelmente, talvez sobre ainda pouco tempo para fazermos uma análise desapassionada, tentando compreender o problema dos colonos europeus, vistos na sua verdadeira luz e no próprio quadro regional em que se destacam".

Os núcleos que estão atualmente em franca expansão, segundo o autor, são os núcleos alemães, italianos e poloneses. Eles vão multiplicando seus estabelecimentos pelo sertão a dentro, sem ser acompanhado o movimento por um despovoamento dos núcleos originais. Isso, pensa *Preston James*, marca um contraste com os *vácuos* (*hollow frontiers*). Povoar uma região despovoando outra não é expansão; é "despir um santo para vestir outro" na expressão popular. Foi o modo de ver que traduziu concretamente o presidente *Getúlio Vargas*, em sua viagem ao Araguaia, quando interpelou um nortista que lá se achava, pro-

curando saber como se tinha deslocado e porque. Todos nós somos, a exemplo do presidente, entusiastas da "marcha para oeste", mas da marcha-expansão e não da marcha-deslocação.

Ora, quais são, em última análise, os elementos de uma marcha-expansão?

Em primeiro lugar, os *excedentes apresentados pelo crescimento vegetativo* do próprio núcleo em expansão. Os filhos e netos dos colonos, os jovens casais, todos os que, não encontrando mais no núcleo terras suficientes ou boas para novos estabelecimentos e não visando sub-dividir os lotes e pulverizar a propriedade, se afastam do centro, e vão ambiciosamente e confiantemente desbravar as suas abas. E' movimento intrínseco.

Em segundo lugar, entram na expansão os elementos adventícios, *procedentes de outras zonas já saturadas*. São excedentes demográficos que se acham nas mesmas condições, atraídos, porém, pela fama do núcleo procurado. Não despo-voam a sua zona, limitam-se a não contribuir a seu crescimento, porque, quando, se retiram dela são substituídos, vendendo a outros suas propriedades. E' muitas vezes o espírito de aventura que os guia quando solteiros ou jovens casados.

Em terceiro lugar, há que levar em conta os trabalhadores individuais, jornaleiros, biscateiros que, em qualquer zona do país, não tem estabilidade e constituem um *elemento móvel*, nômade, à procura de trabalho. Não vem ao caso apurar as causas desta situação; o fato é que ela existe. Ora, este elemento, atraído para o núcleo em expansão, pode aí encontrar oportunidade de se fixar.

Por fim, temos o *elemento imigrado estrangeiro*, localizado pelos poderes públicos ou por empresas de colonização, que vem trazer a sua contribuição étnica.

Se a isso acrescentarmos os *elementos urbanos*, atraídos de cidades do país, onde se formaram como médicos, engenheiros, professores, comerciantes, técnicos, em suma em tôdas as profissões liberais necessárias a um núcleo em expansão, e que para lá se mudam afim de iniciar a sua carreira, temos, com os capitalistas e industriais interessados na especulação econômica, os elementos citadinos, que sem despovoar as cidades, vão apenas descongestioná-las e auxiliar poderosamente a marcha-expansão.

Uma condição demográfica aparece entretanto como essencial para que esta expansão seja genuína e não ensilhamento passageiro. E' necessário que o quadro da população aí em formação seja constituído pelo primeiro elemento: o excedente apresentado pelo elemento vegetativo. Só assim manterá a fronteira demográfica a necessária conexão com o núcleo original. Só assim se processará a *expansão orgânica*.

Quando Preston James se refere aos *vácuos* êle parece entender que terras abandonadas ficaram despovoadas. Ora, isso não é exatamente o que se dá. Tomemos um exemplo: A província, hoje Estado do Rio. Em 1872, era uma unidade próspera do Império brasileiro, possuía uma população de 820.000 almas, grandes fazendas de café, engenhos, alguma criação, indústrias incipientes, etc. Rivalizava então com São Paulo (837.000), com Pernambuco (841.000) e Ceará (720.000), excedida estas províncias apenas por Minas e Baía, então já "milionárias". E' conhecida a história econômica da *decadência* do Estado do Rio. Seus fazendeiros, como os de Minas, foram contribuir à expansão de S. Paulo; entretanto, em 1900, a população do Estado do Rio beirava o milhão. A migração do café, a extinção repentina da escravidão, as derribadas de matas, a decadência do "esplendor" das vivendas e muitos outros fatos não impediram, depois de 1900, a implantação da policultura, o desenvolvimento da criação de gado, a prosperidade da cana de açúcar, etc. Hoje em dia, o Estado do Rio de Janeiro é a parte mais densamente povoada de toda a República. As instalações que se preparam no vale do *Paraíba*, nas imediações de Volta Redonda, com a grande indústria siderúrgica, visam apenas acentuar o fato. Com seus dois milhões de almas, o Estado do Rio possui uma densidade demográfica de 50 habitantes por quilômetro quadrado. Excede, por conseguinte, as mais altas densidades da América Latina: Argentina (Tucuman 22h. p. Km²) Chile (Concepción 47) Paraguai (Paraguai 42) Uruguai (Canelones 40) a não ser, bem entendido, os distritos das respectivas capitais ou pequeníssimos departamentos de certas repúblicas da América Central, que como Nueva Esparta, na Venezuela (60), apenas excedem em extensão o nosso Distrito Federal. Na própria República Norte-americana, somente 9 Estados da União ultrapassam a densidade do Estado do Rio de Janeiro (Mass. RI. Md. Ill. NJ. NY. Ohio, Conn. Pa.). Será realmente êste Estado um *vácuo*?

O problema dos *vácuos*, se de fato existe, se reduz a umas poucas manifestações locais, quando certas células param de crescer e ficam, por algum tempo estacionárias, devido a certas circunstâncias econômicas que não afetam a vitalidade geral. Não há dúvida, entretanto, que estas circunstâncias devem ser estu-

dadas em tôdas as suas conseqüências. Por isso mesmo, são do mais alto interesse os estudos que, como os de Preston James, de Pierre Monbeig, de Sérgio Milliet, de Deffontaines, analisam o fenômeno geográfico.

Depois desta digressão preliminar um tanto longa, voltemos ao trabalho de Preston James, cuja definição se acha na citação que dele fizemos.

Outra frase interessante, logo na primeira página de seu artigo: "A luz dos acontecimentos da Europa, diz êle, é frequentemente agitada a questão de saber se a concentração de população de origem germânica no sul do Brasil constitue um perigo para a paz e a segurança da Nação brasileira. Não resta a menor dúvida a respeito das qualidades destas populações como pioneiras nas áreas florestais; no Brasil como no Chile, os colonos alemães de meados do século XIX foram os primeiros a mostrar o caminho para a conquista das matas". Eu não sei o que desta última asserção pensariam Taunay, Roberto Simonsen, Basílio de Magalhães ou Bernardino de Sousa, mas se não me engano, já foi feita por Pierre Denis e Tonnelat. "Em *circunstâncias normais* (o grifo é meu) continua Preston James, os descendentes dos colonos primitivos provaram sua lealdade a seus países de adoção, apesar de manter suas tradições e seus sentimentos de solidariedade. Os colonos alemães do Brasil, em maioria, estão provavelmente satisfeitos de se acharem separados dos distúrbios europeus pelo Oceano. Entretanto, o alemão médio é felicíssimo quando marca o passo, ombro a ombro com outros alemães, literalmente e figuradamente; já não é assim com o luso-brasileiro, mais individualista, que é positivamente infeliz quando arregimentado. Qualquer que seja o sentimento ou a atitude política adotada por uma comunidade alemã, é provável que a adoção é total. Ora, esta disposição de espírito, à luz da situação presente, constitue um perigo potencial. Muitos observadores do quadro contemporâneo, todavia, acreditam que há outros elementos muito mais ameaçadores da segurança das instituições brasileiras do que estes colonos alemães do Sul".

Preston James, nestas linhas emite idéias baseadas sobre observações pessoais, reiteradas a anos de intervalo. Outros observadores estrangeiros, norteamericanos, em conversa, me confirmaram estas afirmações e tive ocasião de ouvir de patricios autorizados, nos Estados do Sul, a minuciosidade dos inquéritos feitos por estes observadores: queriam saber de tudo e, efetivamente, acabavam sabendo de tudo.

Nada disso, entretanto, nos pode levar a duvidar um só instante do valor social, étnico e econômico da colonização germânica do Sul. Seria injusto querer diminuir a cooperação teuto-brasileira no desenvolvimento e no progresso do país. Se existe um "perigo alemão", é outra questão, que examinaremos mais tarde.

Preston James apresenta o quadro fisiográfico do Sul fazendo considerações interessantes. Não insiste sobre o contraste geológico, mas lembra como se vão estendendo para o Sul os lençóis de formação eruptiva, ocupando cada vez mais largas áreas no interior sulista. A orla do planalto preferiu dar o nome de *Grande Escarpa* (*Great Escarpment*) resolvendo de um golpe a questão *Serra do Mar x Serra Geral*. Na "zona da escarpa" coloca uma série de blocos montanhosos. Já no planalto, desaparecem estas denominações para serem substituídas pelas *cuestas* que mergulham lentamente para oeste.

O contraste maior que frisa o autor entre o Sul paulista e os três Estados meridionais é um contraste térmico-vegetativo. O primeiro elemento cuja extensão êle estuda é a geada; "o limite, diz êle, é de notável precisão". As temperaturas que comportam fortes geadas são restritas nos planaltos; no próprio vale do *Jacuí*, no Rio Grande do Sul, as geadas são raras. A geada é mais frequente no planalto, nas encostas sul do relêvo e nas conchas dos vales superiores.

O segundo fenômeno característico é o progressivo desaparecimento das chuvas de verão com inverno seco e a implantação do regime das chuvas igualmente distribuídas. O contraste térmico é muitíssimo menos acentuado no

verão, igualmente em Santos e em Santa Maria, do que no inverno. Podemos confirmar esta asserção do professor americano de modo ainda mais preempatório do que êle fez:

MÊS MAIS :

<i>Estação</i>	<i>Quente</i>	<i>Frio</i>	<i>Amplitude</i>	<i>Extremos</i>	
Santos	25,5	18,9	6,6	41,8	5,0
Blumenau	26,1	16,2	9,9	41,1	0,2
Pôrto Alegre	24,6	13,6	11,0	39,6	1,5
Santa Maria	25,4	13,8	11,6	41,2	2,4
Uruguaiana	26,7	13,4	13,3	42	0

O terceiro elemento que caracteriza o contraste é o desaparecimento gradativo da mata pluvial e a descida para cotas mais baixas da mata planáltina de espécies semi-caducas. Em estreita conexão com êste fenômeno está a substituição progressiva dos cerrados pelo campo limpo, terminando com o predomínio das campinas.

A distribuição da população escasseando nos planaltos do extermo-sul depois de ter predominado nos planaltos mais ao norte, traz a confirmação antropogeográfica dos contrastes fisiográficos. Uma nota, porém, tem de ser acrescentada neste particular: os trabalhos do campo coincidem com as condições de temperatura e umidade que mal se distinguem das condições gerais do clima do Brasil tropical. Se o café já não vinga no vale do *Jacuí*, a cana entretanto lá pode ser cultivada.

Passa em seguida o autor a lembrar episódios históricos da colonização do Sul. Um dos fatos curiosos de nossa história é a indiferença que, durante séculos, manifestou a metrópole pelas possibilidades do Sul da colônia, pelas suas riquezas potenciais, seu clima, sua acessibilidade. Todos nós conhecemos esta página da nossa história que levou Portugal a uma ocupação efetiva, não para localizar colonos, não por motivos econômicos, mas apenas pela pressão da necessidade de um "território contínuo" e por motivos estratégicos. Os paulistas tinham fundado Curitiba em 1654, mas foi o XVIII^o século que nos ligou ao Sul e foi o XIX^o século que o colonizou.

Preston James narra para o leitor norte-americano os episódios principais da colonização *alemã* durante o período imperial. A fundação de São Leopoldo, as colônias do vale do *Jacuí*, as condições de vida no sertão, na mata principalmente, as culturas iniciadas, o isolamento social, os insucessos que levaram a Prússia a proibir por decreto, a propagação da emigração para o Brasil, apesar da experiência favorável de Blumenau.

Destaca depois o autor a chegada dos colonos italianos, em Alfredo Chaves e Caxias, descrevendo as culturas a que se dedicaram. A propósito da localização dos colonos no Rio Grande do Sul, acrescenta: "Pouco a pouco foi sendo resolvido o problema dos transportes, em parte por estabelecimento de conexões dos portos fluviais do *Taquari* com os tributários do *Jacuí* que dão acesso a Pôrto Alegre e em parte pela construção de estrada de ferro a oeste desta cidade. O valor das terras foi, e ainda é, determinado antes pela vizinhança de uma linha de transporte do que pela própria qualidade do solo agrícola. Felizmente Pôrto Alegre se acha no foco do que, com a exceção do *Amazonas*, é o mais perfeito centro de rede fluvial no Brasil".

De acôrdo com a opinião autorizada de Reinhard Maack, o autor calcula que o total de imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul desde a Independência é de 85.000 e sua descendência atual sobe a 520.000 pessoas, numa população de mais de três milhões.

Passa então Preston James ao estudo do que êle considera como não sendo um *vácuo*. O espírito pioneiro se manifestou em alguns destes colonos alemães e êles, sempre os mesmos, se deslocaram com inquebrantável otimismo, para as abas das regiões ocupadas, vendendo por 40 ou 50% mais, as suas propriedades para se embrenhar cada vez mais no sertão. Conquistaram assim as encostas da serra, os "terraços do *Jacuí*", passaram Santa Maria, ocuparam as matas das margens do *Uruguai*, com outros colonos. O papel dos luso-brasileiros teria sido apenas de

permitir a subdivisão de seus latifúndios visto que neles não conseguiam a prosperidade dos fazendeiros paulistas. Em 1909, já não havia mais grandes propriedades na zona serrana do Estado. "Assim, conclue o autor, os colonos do Sul, contrariamente ao que se dava com os colonos em outras partes do Brasil, não foram obrigados a se adaptar a uma sociedade já estabelecida, mas ficaram livres de criar a sua própria sociedade que foi essencialmente uma democracia rural".

O fato registado me parece muito exato, não vejo, porém, porque não se aplicaria também a outros "colonos em outras partes do Brasil", pois exatamente um dos pontos fracos de nossa passada política de colonização foi de favorecer inconscientemente este "insulamento social", promovendo "quistos" e atrasando a integração.

Quanto às taxas de crescimento de população que cita o autor, de 6,9 por mil na zona criadora da campanha e de 23,9 por mil na zona serrana colonial, parecem permitir afirmações um tanto duvidosas.

Um dos tópicos interessantes do estudo de Preston James é o que intitula: "As quatro zonas focalizadas em Pôrto Alegre". Consiste em analisar os elementos que constituem o quadro econômico atual de uma região tipicamente resultante de movimentos de colonização: um Brasil modificado pela presença do pequeno trabalhador rural. As quatro zonas que se encontram e funcionam na região portoalegrense são as seguintes:

1 — A mais antiga é a zona pastoril que se estende ao Sul do *Jacuí* até às fronteiras do *Uruguai*. Em alguns pontos isolados, ainda há pequenas manchas de matas, em outros, estabelecimentos agrícolas, mas a região é essencialmente de criação. O gado não é, em regra, de novos estoques europeus, é antes descendente do velho estoque colonial. O autor estranha que na América do Sul, tanto na Argentina como no Brasil seja raro o estabelecimento misto do criador-agricultor; acredita porém no desenvolvimento possível das plantações de trigo nestas regiões.

2. — A segunda zona, também essencialmente brasileira, é a mais recente: estende-se pelo *Jacuí* e pelo *Taquari* e constitui a região do arroz. Predomina a grande propriedade com colonos e jornaleiros. A crítica do autor se refere à falta de obras públicas para a construção de reservatórios ou açudes, de canais e valas, ficando tôdas estas benfeitorias a cargo dos proprietários, numa zona em que as inundações não se produzam, entretanto, na época em que seriam mais necessárias, contrastando assim com o vale do *Paraíba*.

3. — A terceira zona, nas encostas serranas do norte é de colonização alemã principalmente: o aspecto do terreno, a paisagem, a arquitetura das casas, tudo é diferente e, na opinião do autor, dá uma impressão de maior estabilidade. Ai são cultivados cereais, milho principalmente, centeio, cevada e batatas, são criados suínos. Em Santa Cruz há distritos que cultivam fumo e permitem ao Rio Grande rivalizar com a Baía.

4. — A quarta zona é ao norte do *Jacuí*, onde prosperam, na Serra, as colônias italianas. É região vinícola que produz 90% dos vinhos do país. Em conexão com a expansão dos núcleos italianos do Sul, tive ocasião de verificar pessoalmente a sua vitalidade, encontrando no interior de Santa Catarina, ao longo da *S. Paulo-Rio Grande*, um certo número de estabelecimentos italianos, de origem riograndense e entregues à cultura da videira (Perdizes, etc.).

Passa, em seguida, Preston James a examinar outro núcleo meridional de expansão: Santa Catarina, principalmente na região de Blumenau. A este propósito relata, para o leitor norte-americano, a bem conhecida história da chegada ao Brasil, em 1848, do Dr. Blumenau, do êxodo de campônios pomerânios da Alemanha agitada daquela época e a marcha da colonização de 1850 em diante à margens do *Itajaí*.

Para narrar o histórico deste interessante período de nossa colonização no tempo do Império, o autor se refere aos trabalhos de Reinhard Maack, de Oberacker e de Siegfried Endress.

A zona do *Itajaí* não permaneceu puramente alemã; vieram suíços e austríacos nela se estabelecer assim como italianos também. De acôrdo com as suas

informações, o autor relata que, em 1882 a percentagem das línguas faladas era de 70% do alemão, 18% do italiano e 10% do português.

Passado o perigo representado pelo índio, que tinha comprometido o sucesso de tentativas alemães no princípio do reinado de D. Pedro I, os alemães do *Itajaí* começaram a sua expansão para o litoral, fundando-se Joinville como porto e para o interior, galgando as serras e ocupando os vales, sendo São Bento fundada em 1873, e penetrando em terras do Paraná.

Estudando o detalhado mapa que Siegfried Endress fez do antigo município de Blumenau, hoje em dia desmembrado (Timbó, Hamônia, Indaial, Gaspar, Jaraguá, etc.) James chega à conclusão que, na região, 40% fala português, 40% fala alemão e 20% italiano. Na cidade de Blumenau 63% tem o alemão como língua materna, na zona rural esta percentagem sobe a 75%.

Citando Maack, a melhor autoridade no assunto, o autor atribue ao Estado de Santa Catarina uma população alemã de 275.000 almas. Juridicamente, entretanto, são apenas 8.000 e 1.700 austríacos! (Vide *Lourival Câmara — Estrangeiros em Santa Catarina* — "Rev. de Imig. e Colon.", n.º 4 — pág. 693). O recenseamento de 1920 contava 10.758 alemães e 2.620 austríacos, de 1920 a 1938 entraram 5.084 alemães e 273 austríacos.

O exame das condições econômicas da região em que predominam estes elementos étnicos leva Preston James a considerações elogiosas: as técnicas de produção, a estabilidade, a atividade e a pequena industrialização de certos centros como Joinville, a variedade de produtos (fumo, papel, cerveja, manteiga, tecidos, etc.) tudo traduz uma incontestável prosperidade.

Pessoalmente eu não tinha visitado a zona do *Itajaí* desde 1909 e tive, com a oportunidade do Congresso de Florianópolis, em Setembro do ano passado, ocasião de rever duas vezes, com alguns colegas congressistas, Blumenau, Itajaí, Brusque, Gaspar, Jaraguá e Joinville. Ver estas regiões a trinta anos de intervalo, foi para mim uma agradável visita, uma surpresa e uma lição.

Verifiquei que o meu entusiasmo de 1909, quando escrevi "Le BRÉSIL MÉRIDIONAL" não foi infundado: a obra dos colonos alemães em Santa Catarina cresceu e prosperou; Blumenau, posso repetir hoje, é bem "a pérola das colônias". Infelizmente dos meus informantes e amigos de trinta anos atrás, Federsen está muito velho e não recebe, os irmãos Hering morreram, Alvin Schrauer está na Alemanha (que terá ele ido fazer lá?). Tive que me contentar em observar.

Blumenau cresceu, tornou-se verdadeiramente cidade, menos risonha e pitoresca do que em 1909, mas sempre caracteristicamente alemã na sua arquitetura e no seu aspecto social, suas lojas, seus hábitos. A zona rural, que sempre teve boas estradas, melhorou consideravelmente suas instalações, a atividade e maior porque a densidade cresceu.

Na sua industrialização, Blumenau se conformou às práticas do capitalismo; não se encontra mais a familiaridade entre patrões e operários que reinava no vale pitoresco em que os irmãos Hering, velhos saxões trabalhadores e alegres, tomavam as suas refeições com o pessoal da fábrica.

Antigamente poucos eram os que falavam português; lembro-me ter encontrado um negro que dava informações em alemão. Hoje, todos conformados às leis, falam português quando se dirigem a um luso-brasileiro ou quando numa repartição pública; mas os teuto-brasileiros, entre si, falam alemão, embora digam às vezes: "ein par tamanken für die Rosse" (Vide Norberto Bachman, citado por L. Câmara).

Voltemos, porém, às considerações de Preston James. Referindo-se aos contactos entre alemães e brasileiros, nota como é fraca a mistura dos dois elementos por laços matrimoniais. "Estes pioneiros alemães, diz ele, afastados dos melhores aspectos da civilização brasileira, conservam-se orgulhosos de sua herança germânica, sua literatura, sua música, sua alta técnica agrícola, seus interiores impecáveis. Como os demais alemães, eles ganham confiança em si próprios ao apegar-se mais solidamente à tradição alemã. A primeira vista, não se acreditaria que estas populações constituam uma ameaça às instituições brasileiras, pois são antes um elemento adicional de estabilidade. Não há dúvida que, deixados a si próprios, a maioria deles preferiria ficar alheia às conexões européias; este grupo, entretanto, como os grupos alemães em toda parte, é particularmente sensível à influência de agentes e organizadores de movimentos baseados sobre o tema da solidariedade alemã. As consequências disso não podem ser ignoradas, no mundo moderno, nem tão pouco indevidamente exageradas"

Por último, examina o geógrafo americano a colonização do Paraná. Lembra a importância inicial que lá tiveram os elementos italiano e eslavo (russo, ruteno, ucraniano e polonês) e a fisionomia que cedo aí deram à paisagem social, simbolizada pelo carro coberto de lona.

A este propósito tece francos elogios à política colonial seguida, desde o Império, pelas autoridades da Província e do Estado. A previdente localização ao redor de Curitiba, com estradas de rodagem e mercados escoadores. Analisa as condições de produção no planalto, o loteamento e a situação em 1885, quando completada a obra, explicando assim porque a onda colonizadora vinda do Sul teve de se localizar e tornar-se comerciante na região de Curitiba.

Julga o autor que o critério de sucesso ou de insucesso das tentativas de colonização no Paraná foi quase exclusivamente a acessibilidade de mercados de consumo. A terra é boa, mas a distância e o isolamento são fatais, a menos que, a exemplo dos trabalhadores caboclos, os colonos se transformem em jornalheiros migrantes, derrubadores de matas. Em matéria de colonização, Ponta Grossa com seus poloneses, alemães e suíços foi um sucesso, no fim do XIX^o século; também foi feliz o estabelecimento de alemães em Castro.

James faz poucas referências à atual expansão colonial no norte do Estado, na região de Londrina e Rolândia, que considera geograficamente como paulista. Ele aproveita para gabar as estradas de acesso na região e para Guarapuava. "A lição foi bem aprendida no Paraná, conclue, que a obra de pioneiro supõe ao mesmo tempo colonos nas terras e mercados urbanos em conexão com elas".

Do milhão de almas que constitui atualmente a população do Paraná, não longe de 350.000 são alemães, italianos e poloneses, sendo estes últimos cerca de 180.000.

Ao terminar este exame das condições oferecidas à colonização no Sul, Preston James insiste sobre a necessidade de levantamentos prévios das zonas a ocupar, de estradas e ensino dos melhores métodos de cultura. A este propósito lembra o insucesso que teve a colonização norte-americana no planalto sul dos Aleganis e faz votos para que seja-nos proveitosa a experiência.

Chegamos agora ao ponto em que, à vista do que foi observado por ele nos Estados do Sul, Preston James julga poder responder pelo menos em parte, a famosa questão que fez, em Washington, isto é, "porque encontramos no Sul do Brasil núcleos em expansão?"

Já não se discute mais a excelência do clima, cujas influências benéficas aliás nunca foram cientificamente estudadas sobre os que dele gozam. Não se trata mais de terras; não se fala mais das qualidades físicas e outras, da gente portuguesa localizada no Sul para fins estratégicos. O autor menciona, com algum interesse, o regime alimentar mais variado, mais sadio e mais adequado que permitem as culturas do Sul.

Mas a diferença capital que parece ser a tese apresentada por P. James neste interessante artigo é, em poucas palavras, a seguinte: o Sul prospera porque se desenvolveu dentro de um regime econômico em que ficou ausente toda e qualquer fonte de riqueza especulativa. Em outros termos, ele pretende, sem ser irreverente para conosco, que só vingou a colonização germânica nas regiões preservadas da especulação açucareira e da especulação cafeeira. Os alemães do Espírito Santo não vingaram na colonização porque ficaram fascinados pelos lucros do café. A geada preservou o Sul de pensar em café; o mate não deixava margem para especulação como a borracha, e ficou pois inócuo.

"Em consequência de tudo isso, diz Preston James, o sistema da grande propriedade rural com a sua sociedade aristocrático-feudal e seus trabalhadores assalariados nunca pôde vingar no Sul, a não ser nas pastagens e nos campos. As matas, apesar de pertencerem a uns poucos proprietários, nunca foram efetivamente ocupadas pelos luso-brasileiros". Esta afirmação, um tanto categórica, parece omitir o fato de ter sido, em última análise, o caboclo, o desbravador dos sertões; o próprio autor o admite, quando lembra que os alemães só avançaram quando recuou o gentio. E quem fez recuar o gentio? Não foram os ventos aliseos. Mas continuemos. "Os pioneiros que se estabeleceram no Sul tiveram a possibilidade de criar a sua própria sociedade de pequenos agricultores, independentemente de qualquer organização social... os colonizadores de Blumenau não teriam possivelmente mantido a sua eterna tranquilidade se proveitosos especulativos de cultura cafeeira estivessem estado a seu alcance".

Aí termina o artigo em aprêço; por omissão, talvez, não reedita o autor o seu conceito sobre "democracia rural". Aplicado a elementos germânicos, italianos e russos, como sabemos, tão apaixonados pelo ideal democrático, este conceito já perdeu um pouco de seu vigor.

Devo concluir, de meu lado, que o magistral estudo de Preston James é uma bela análise da situação e uma excelente resposta parcial à pergunta que nos fez ele mesmo.

Como brasileiro e estudioso das questões econômico-sociais de minha terra, eu me consideraria ingrato poupando encômios à colonização alemã do Sul. A obra realizada pelo elemento que admitimos em boa hora nas nossas terras do Sul é considerável e devemos reconhecer o que isso significa para o engrandecimento do Brasil. Não há dúvida que, se a nossa política da *localização*, no passado, foi falha, não quer dizer que tenha sido totalmente errada. As autoridades brasileiras, centrais e provinciais ampararam todas as iniciativas particulares e se aquele excelente doutor Blumenau tivesse sido abandonado a seus próprios recursos, é difícil dizer o que seria hoje o vale do *Itajaí*.

É um fato incontestável que a pequena propriedade rural, com ou sem "democracia", prende mais o colono ao solo e determina a sua maior estabilidade econômica e social. Mas isso não é um privilégio das terras ao Sul do *Parapanema*. Um exemplo de prosperidade: o professor norte-americano Mark Jefferson, da Escola Normal de Ypsilanti, queixou-se num artigo, em 1926, do insucesso que tinha sido a colônia norte-americana fundada em S. Paulo, perto de Limeira, por veteranos da Guerra de Secessão, a chamada Vila Americana. Ao visitar a colônia, meu amigo verificou que, se tinham produzido muito as melancias lá cultivadas, a colônia pouco se tinha expandido. Em Abril do ano passado, estive em Ypsilanti onde fiz uma palestra. Respondendo então ao velho amigo, eu lembrava que o insucesso aparente de Vila Americana era consequência da perfeita integração dos imigrados norte-americanos no meio brasileiro. Se hoje queremos saber onde estão os filhos, netos e bisnetos dos veteranos, tomemos a lista telefônica de São Paulo, mas em vez de procurar "Vila Americana" procuremos "Rua Direita, rua de S. Bento, Avenida S. João, pois são todos, hoje em dia, médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, excelentes brasileiros, gesticuladores e ingênuos como qualquer de nós, mas de nome inglês.

Muitos dados aproveitados pelo Professor da Universidade de Michigan são hauridos, como vimos, nos escritos do cientista alemão de real valor, geógrafo e fazendeiro, que vive no Brasil há muitos anos, o Sr. Reinhard Maack. Este eminente escritor publicou, há tempos, no *Quarterly Journal of Inter-American Relations* um interessantíssimo artigo sob o título "Os Alemães no Sul do Brasil — Um ponto de vista alemão".

O Dr. Maack é um conhecedor de nosso país; os seus trabalhos de geologia e seus mapas sobre os Estados do Sul e o planalto oeste de Minas são conhecidos e citados. Há pouco apresentou medições de altitudes na *Serra do Mar* paranaense que renovam todos os conhecimentos a este respeito. Tudo, pois, o recomenda à nossa simpatia.

O Dr. Maack inicia o seu artigo com uma distinção acertada entre teuto-brasileiros, nascidos no Brasil, e *Reichsdeutsche* — nascidos na Alemanha. Mas, a este propósito, ele dá a seguinte definição: "Estes últimos fazem parte da nação brasileira, mas são nascidos na Alemanha de pais alemães e continuam a ser cidadãos alemães". Ai já não podemos acompanhar o autor. Na Escola de Ciências Políticas, de Paris, o meu professor de direito, Louis Renault, chamava de "monstro jurídico" o individuo possuidor de duas nacionalidades. Bem sei que uma lei alemã de naturalização, de 22 de julho de 1913, permitia que os alemães não perdessem a nacionalidade alemã embora adquirindo nacionalidade estrangeira. Era um modo de tornar a nacionalidade alemã uma espécie de profissão; era também um estímulo oficial à "monstruosidade" jurídica. Aliás, o autor, admite que esta situação é legalmente difícil, em vista das leis brasileiras: mas estas "compreensíveis regulamentações do governo brasileiro" — diz ele — "não podem destruir a unidade nacional de todos os alemães, unidos por laços de sangue comum e de cultura comum. Um alemão permanece no estrangeiro sempre alemão, no sentido nacional, qualquer que seja o país a que o seu destino o tenha levado ou o continente em que tenha nascido".

Em seguida, oferece o Dr. Maack, algumas estatísticas referentes aos alemães que, desde 1824, tem vindo ao Brasil; calcula em cerca de 920.000 os alemães do Brasil, sendo 100.000 os "cidadãos alemães". São sugestivos os casos de pro-

liferação por êle citados: um chamado Schmidt, de S. Pedro, chegado em 1829, tem hoje 829 descendentes; um Godert, em cem anos, tem 461 descendentes.

Os elogios que o autor faz à colonização alemã são justos. Ele distingue fases diferentes de imigração com elementos diversos em cada período: na primeira, de 1824 a 1851, são os imigrantes atraídos pelas guerras do Prata, (Legião Germânica, principalmente) os melhores elementos constituíram uma elite intelectual de *leaders*: professores, jornalistas, oficiais. — No segundo período, até 1914, foram famílias de camponeses, industriais e trabalhadores. — No terceiro período, depois da Guerra, a corrente imigratória, além de agricultores, compreende operários qualificados e comerciantes. Por fim, no quarto período, depois de 1932, voltam os intelectuais, advogados, médicos, empregados de bancos, etc.

Uma outra estatística de interesse social é fornecida pelo Dr. Maack, relativamente aos casamentos em que figuram cônjuges alemães. Em Ijuí, de 1899 a 1932, 48% dos alemães se casaram com suas patricias e só 15% foram casados com nacionais, sendo o resto com poloneses ou com italianos. A explicação do autor presta-se, entretanto, a meditações: “Tendo os filhos de alemães cedo descoberto” — diz êle — “a repulsa das mulheres brasileiras pelo trabalho físico, foram obrigados a procurar companheiras, como êles, dispostas a trabalhar”.

Nota, acertadamente, que o valor biológico e a resistência nacional dos alemães é muito menor nas cidades do que nas zonas rurais. E’ isto fato conhecido e geral entre imigrantes, e não deve ser esquecido. Em consequência, o autor declara que a “intelectualidade alemã, cuja missão é dar liderança intelectual aos humildes camponeses teuto-brasileiros, está em positiva decadência nacional, inclinando-se para os casamentos mistos e para a adoção da cultura luso-brasileira”. Cita o caso do *leader* Karl von Koseritz, que deplora; aí, infelizmente não podemos, tão pouco partilhar dos sentimentos do escritor alemão. Aceitamos, entretanto, com agrado, a afirmação lisongeira que faz o autor ao dizer que os brasileiros natos, quaisquer que sejam as suas origens estrangeiras, possuem um sentimento profundo de família e de pátria, não cabendo aos de origem lusa a menor superioridade nisso.

Na sua imparcial análise da ação alemã no Brasil, R. Maack explica o processo triplíce sob o qual esta ação se manifesta:

1.º *Criação de escolas alemãs*, em épocas em que as autoridades nacionais descuidavam ainda muito da educação; (Blumenau, em 1904, tinha 4 escolas brasileiras e 108 escolas alemãs). Só, a partir de 1917, parecemos ter despertado para os inconvenientes desta situação — mas, em 1927, ainda eram 1155 as escolas alemãs nos Estados do Sul. Acrescentemos, a título de informação, que, de 1938 para cá, o Interventor Nereu Ramos e seu Secretário de Educação, o Sr. Ivo d’Aquino, dotaram o Estado de Santa Catarina de nada menos de 300 escolas.

2.º *A ação das Igrejas*, reformada e católica — (os alemães são católicos na proporção de 30%). Os jesuitas alemães fizeram obra educativa considerável, como é sabido.

3.º *Os clubes sociais* — já eram 320 em 1937 — são centros culturais, de tradições, de desportos, de nacionalidade alemã.

4.º *Os jornais alemães e a atividade literária* — os diários são 10, e os periódicos 40.

O autor assinala, a partir de 1933, uma diferenciação entre alemães do Reich e filhos de alemães. Esta diferenciação por vèzes levou a desinteligências e a oposição. “A pátria alemã, entretanto” — diz êle — “tinha apenas querido exercer uma orientação cultural entre descendentes dos seus súditos emigrados, mas tinha-se absteído da mais leve paternalização política” — Ainda bem! “O espirito completamente *apolítico* dos germano-brasileiros nos Estados do Sul” — pensa o Dr. Maack — “tem um efeito prejudicial sôbre seus interesses nacionais; e, desde 1937, êles enfrentam uma crise grave, porque é uma questão de vida ou de morte para a sua nacionalidade que está sendo decidida hoje”.

Aí temos forçosamente que estar em desacôrdo com o eminente cientista alemão. Referindo-se a teuto-brasileiros, como pode êle aludir a outra nacionalidade que não seja a brasileira? Isto é, positivamente, inadmissível, tanto mais quanto o seu artigo não aparece numa revista alemã, mas numa revista inter-americana; e a interpretação de nosso continente sôbre esta questão é uma, de norte a sul.

Vejamos o caso: se o teuto-brasileiro é cidadão brasileiro, êle não pode, de modo algum, ter direitos de nacionalidade outra que não a que confere direitos de brasileiro.

Isto é claro, e a *Ata Final* do último Congresso Panamericano de Lima, em fins de 1938, estipula positivamente, no seu artigo XXVII, que “a proteção das

minorias estrangeiras não tem aplicação na América. Os estrangeiros não podem invocar a condição de minorias coletivas. Só podem gozar de direitos correspondentes, ou individuais". E, no seu artigo XXVIII, declara que os estrangeiros são submetidos à jurisdição local. E' lhes vedado o exercício coletivo de direitos conferidos pelos respectivos países estrangeiros.

Esta é, pois, a resposta coletiva da América à pretensão de dupla nacionalidade, resposta esta que tem valor em qualquer das nossas repúblicas americanas, onde garantimos extraterritorialidade aos diplomatas, mas não aos colonos.

Depois de ter, dêste modo, revelado o seu pensamento, o autor parece sentir ter ido um pouco longe, e acrescenta: "E' ridículo falar em *perigo alemão* no sul do Brasil". Gaba a disciplina dos germano-brasileiros e alude à sua chamada "idéia de um Brasil Maior". (A esmola aí é um pouco demasiada, mas levemos em conta a boa intenção). Isto torna absurda, pensa êle, a acusação de "senarantismo". Acrescenta ainda, para atenuar o efeito das suas idéias sobre nacionalidade: "Nem os teuto-brasileiros, nem os cidadãos alemães, podem compreender como é que um luso-brasileiro educado, com falta de senso crítico, pode aceitar como fatos as eternas advertências da imprensa sôbre planos alemães de conquista do Brasil". E' propaganda interessada, julga êle, da qual somos vítimas.

Incontestavelmente, as afirmações do nosso amigo alemão, são do mais alto valor, são sinceras, fidedignas e plenamente confortadoras. Mas o nosso autor que tenha paciência: sou obrigado a confessar que, pessoalmente na minha ingenuidade, acredito piamente nessa acusação "absurda", e a minha falta de senso crítico parece partilhada por grande número de meus patrícios, mesmo dos mais "educados".

Todos os brasileiros patriotas sabem o que êste país deve ao imigrante alemão, econômica e culturalmente talvez o melhor elemento que nos tem procurado; racialmente, é, para nós, apenas inferior ao português.

Na publicação "*Die Grosse Politik der Europäischen Kabinete 1870-1914*", encontram-se, no volume XVII, trechos que ultrapassam singularmente o alcance de artigos de jornais. A partir da página 291, são reproduzidos os relatórios de Speck von Sternburg relativos às suas negociações em Washington, onde tivera por missão sondar, em Fevereiro de 1903, as disposições de Roosevelt a respeito de uma possível intervenção alemã no Brasil. Os termos dos relatórios são comentados pelo próprio Kaiser. A propósito de um passeio a cavalo, que o Encarregado de Negócios alemão fez com o presidente, Guilherme II notara, à margem: "Como é bom um representante alemão passeiar a cavalo com o Presidente! — W — Aprovado!" Diante das desconfianças de Roosevelt em relação ao sentimento alemão sôbre a doutrina de Monroe, o representante do Kaiser falou na possibilidade de estabelecer no sul do Brasil um Estado alemão independente (*Unabhängigen*) que, sem conexões com a Alemanha, contornaria a dificuldade e daria garantias de segurança aos Estados Unidos. Em margem, o Kaiser escreveu, alternativamente "bom" e "certo". (Vide F. Rippey-Latin-America in *World Politics. Howard Hill — Roosevelt and the Carribean*).

Mas não era só nas altas esferas da política que o Brasil era lembrado em Berlim. Alfred Funke, na "*Angewendte Geographic*" (série 1, caderno 10, página 46 e seg.) cita até "direitos históricos" na ocupação do Rio Grande. R. Tannenbergo, no seu livro "*Gross Deutschland*" (bág. 255) esboçava, em 1911, o mapa da "Alemanha Austral, tal qual será em 1950".

Nos seus *Kartenskizzen* de 1937, Lange volta ao caso opinando que "em contraste com a maior parte dos Estados vizinhos que possuem mais cidadãos do que camaradas de raça, nós temos mais camaradas de raça do que cidadãos. Mesmo se estes Estados teem interêsse em chamar a totalidade de seus cidadãos de *nação*, precisamos formular o nosso modo de ver e formular a nossa definição de tal forma que se conformem com o direito de sobrevivência de nossa inteira *nação*". Cita como exemplo que Botzen não é uma cidade italiana, mas uma cidade alemã na Itália; Eger é cidade alemã na Tchecoslováquia e não cidade tcheca.

Com sua incontestável autoridade, Hess disse em 1937 também (*Völkischer Beobachten*): "Os alemães no estrangeiro e seus descendentes se tornaram conscientemente ou inconscientemente pilares da germanidade e lutam com o mundo inteiro para o seu reconhecimento e conseqüentemente, o da Alemanha. O rearmamento da Alemanha serve também à segurança de todos os alemães que vivem no estrangeiro".

E' por isso que os educadores alemães no estrangeiro devem, de vez em quando, deixar a sua *Gau* estrangeira e levar alguns dias de vida de acampamento em Tailfingen para se manter ao par dos ensinamentos que devem ministrar à juventude alemã entregue a seus cuidados em terra estrangeira.

É bela a frase de Franz Fahnemann em seu "*Erlebte Deutsche Welt-Arbeitsstoffe*": — "Nacionalidade (Volkthum) é maior do que cidadania, num país. Mesmo que abrimos mão ou temos de abrir mão de nossa cidadania, nunca temos de abdicar a nossa nacionalidade. As fronteiras existem nos mapas, mas não nos corações!" A frase é bela, mas é perigosa também, principalmente para os países que têm o privilégio de hospedar alemães.

Mais tarde, escreveu Friedrich Lange: "O trabalho alemão enriqueceu e embelezou o mundo. Até hoje, emigraram para tôdas as partes da Terra, sem plano e sem uma Pátria unificada que os amparasse. Eram perdidos para nós; por conseguinte, os que ficaram fazendo parte da germanidade são tanto mais preciosos, e sua consciência precisa ser despertada".

Um dos *leaders* da "*Liga dos alemães no estrangeiro*", Hans Steinacher, dizia: — "A comunidade nacional alemã ultrapassa muito as nossas fronteiras. Não devemos pensar em limites de Estado quando falamos em nação alemã".

Em 1934, escrevia Wilhem Bohle: — "Lealdade, disciplina e obediência cega são os pilares fundamentais de todos os ramos do movimento nazista. É uma necessidade absoluta para a vitória na luta pelos alemães no estrangeiro".

Dois anos depois, o mesmo autor acrescentava: — "Hoje sabemos e estamos convencidos de que o alemão é alemão em tôda parte. Nem países, nem continentes, nem climas, nem meios, mas sangue e raça determinam a mentalidade alemã".

Em 1937 êle dizia ainda: — "Nós nacionais-socialistas rejeitamos o conceito de alemão cosmopolita cuja principal ambição é a assimilação com o povo do país em que êle vive, porque, não somente êste alemão cosmopolita se torna ridículo aos olhos do estrangeiro, mas porque conscientemente ou inconscientemente, renega a sua germanidade. Só conhecemos o conceito do Alemão completo, cidadão de seu país, sempre e em tôda a parte um alemão e nada mais do que alemão".

Von Liebert, Friedrich Lange, Walter Kant e muitos outros já se externavam, em revistas e publicações científicas, sobre os planos mais ou menos precisos que a Alemanha teve no Brasil. Digo bem *teve*, porque é evidente que hoje não os *tem* mais, pois, uma recente declaração do Governo Alemão afirma que não há vistas alemães sobre a América do Sul; e seria injusta qualquer suspeita da palavra oficial do Reich.

Para voltar ao assunto tratado pelo Dr. Maack, acrescentemos apenas que êle se queixa, aliás sem azedume, das tentativas de "dissolução de sua nacionalidade e de destruição de sua cultura alemã" que, desde 1937, veem sofrendo os seus patrícios no Brasil. Aí, novamente, estamos em desacôrdo, porque a nosso ver, a palavra "nacionalidade" está indevidamente empregada.

Terminando, êle lembra que "o destino dos Alemães no Brasil justifica claramente a reivindicação alemã de maior espaço (*Lebensraum*) para o seu excesso de população". Ninguém, poderá negar que parece curioso o fato de, logo na frase seguinte, êle afirmar: "O que é certo é que a Alemanha não procurará êsse *Lebensraum* no sul do Brasil, nem mesmo na América do Sul". Se êsse *espaço vital* supõe o gozo de direitos coletivos, é bom que assim seja e que deixemos de ser procurados como *Lebensraum* escolhido; mas se, como é o caso em imigração e colonização normal, só é visado o gozo de direitos individuais, não haverá brasileiro patriota que não admita com satisfação a idéia de uma corrente imigratória de alemães para êste país que sempre os acolheu bem, onde as suas qualidades são devidamente apreciadas, mas que tem o direito de preservar a sua nacionalidade, segundo as regras do direito internacional.

Estas ponderações, sugeridas pela leitura do instrutivo artigo do geógrafo alemão, que tão bem conhece o Brasil, não constituem uma "resposta" ao que êle afirma, pois as suas informações são exatas e êle as apresenta com moderação. Trata-se apenas de uma divergência de interpretação, aliás fundamental. A questão da nacionalidade não pode ser invocada em países que não reconhecem a existência de minorias estrangeiras, detentoras de direitos coletivos, porque esta noção é tipicamente européia.

O que distingue essencialmente as minorias raciais da Europa das minorias em países novos, é a origem histórica e o processo de formação daqueles e destas: no continente europeu, são oriundas, segundo as vicissitudes das ocupações e das conquistas, das vitórias ou das derrotas, independentemente da vontade dos atuais representantes dessas minorias. Nos países da América, ao contrário, resultam de uma ocupação pacífica, livre e garantida pela potência detentora dos territórios colonizados, sob a condição da aceitação da soberania e autoridade dessa potência. O imigrante que entra é *livre*, sabe quais as responsabilidades

que assume e, *ipso facto*, se compromete tacitamente a não reivindicar direitos extraterritoriais, que lei alguma lhe pode conceder.

E', pois, fundamental a diferença entre o nosso conceito americano e a noção européia corrente. Transplantada para o nosso continente, esta noção seria a ruína da nossa existência política como democracia independente e autônoma.

DELGADO DE CARVALHO.

PERNAMBUCO — TRAÇOS DE SUA GEOGRAFIA HUMANA

O autor é Mário Lacerda de Melo. O livro de 182 páginas, de grande formato. O assunto estudado em três lanços: *Configuração, situação e superfície; A paisagem prairieira e a paisagem da mata; e As cidades*. Apóia seus argumentos além de outros, em Pierre Deffontaines, Jean Brunhes, Gilberto Freire e Barbosa Lima Sobrinho.

A forma do território pernambucano alongada no sentido dos paralelos e estreita no sentido dos meridianos é o primeiro elemento que o autor cataloga para exame da geografia humana daquele Estado. De fato, a sua fisiogeografia é um fator de desintegração antropogeográfica, porquanto as comunicações e os transportes são difficílimos entre o sertão e o mar. Há municípios que teem os pulmões em Estados vizinhos, em virtude do tempo despendido em percorrer vias de comunicações difíceis, para ligar-se com os focos vitais de Pernambuco, enquanto áreas extensas do sertão ficam quase isoladas, afetando a economia do Estado e concorrendo para uma desintegração antropogeográfica.

Afirma com Camille Vallaux — "L'espace pur n'est que du temps" — corrigindo o mal da distância com o emprêgo da ferrovia que dará fim ao banditismo e ao fanatismo, que melhorará o coeficiente econômico estadual e que, finalmente, influenciará de maneira decisiva na vida social dos seus habitantes, dando-lhes outra mentalidade e outros costumes que a pouco e pouco irão elevando seu "standart of living".

Pernambuco é um mosaico fisiográfico e biogeográfico.

Vê o autor três zonas no Estado: *Litoral e mata, agreste e caatinga e sertão*.

O litoral apertado preenhe de mangues e coqueiros se liga intimamente com a zona da mata que produz, só e absolutamente, cana — é o empório do açúcar nacional.

O agreste é uma faixa de transição, onde a mata vai querendo ser caatinga. O habitante desta zona intermediária — agreste e caatinga — "não é mono-

